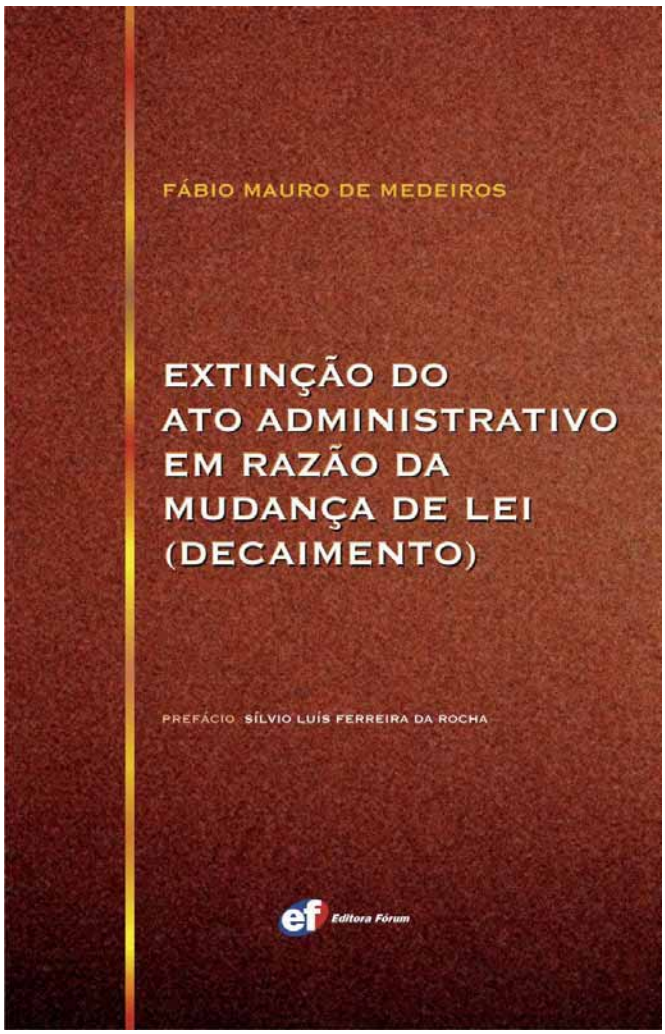

Fábio Mauro de Medeiros

EXTINÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DA MUDANÇA DE LEI

(DECAIMENTO)

prefácio
Silvio Luís Ferreira da Rocha

191 páginas
ISBN 978-85-7700-213-9
Formato: 14,5 x 21,5 cm

http://www.editoraforum.com.br/loja

O presente livro trata do direito adquirido no direito público e, em especial, no direito administrativo, e as hipóteses em que este não prevalece no direito nacional. O tema é introduzido por resumo acerca das teses sobre o ato administrativo em voga no País. Em seguida, estuda-se o direito adquirido como direito fundamental na doutrina internacional e nacional com foco nas sucessivas constituições do Brasil. Aprofundando o tema, já com a noção de quando deve prevalecer o direito adquirido, traçam-se regras teóricas e práticas de hipóteses em que prevalecem os direitos adquiridos (manutenção de atos administrativos mesmo após alteração legal) e hipóteses em que se dá o decaimento ou caducidade (extinção do ato administrativo em razão da mudança de lei). Além disso, faz-se a distinção do decaimento das demais formas de extinção do ato administrativo.

Fábio Mauro de Medeiros

Mestre em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorando pela mesma Universidade. Professor universitário que leciona direito na Universidade Paulista (UNIP). Ocupa o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, categoria especial, exercendo, na atualidade, a função de assessor jurídico no Ministério da Fazenda em São Paulo. Como Diretor da Escola Superior da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em São Paulo, organiza e ministra cursos jurídicos. Atuou na consultoria jurídica da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e trabalhou na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, oportunidade em que colaborou na organização de serviços públicos como os atualmente desempenhados pela Coordenadoria de Integração da Cidadania e pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima.

SUMÁRIO DO LIVRO:

Prefácio
Silvio Luís Ferreira da Rocha

Introdução

PARTE I
Noções de ato administrativo e suas formas de extinção

Capítulo 1
1.1 O ato administrativo
1.2 Requisitos, elementos, pressupostos do ato administrativo
1.3 Atributos do ato administrativo
1.4 Formas de extinção do ato administrativo

PARTE II
Considerações sobre a segurança jurídica no ordenamento brasileiro

Capítulo 2
2.1 Direitos fundamentais
2.2 Segurança jurídica e direito adquirido no direito público brasileiro
2.2.1 Aspectos gerais da norma constitucional combinada com a Lei de Introdução ao Código Civil
2.2.2 Abrangência do termo "lei"
2.2.3 Modo de interpretação
2.2.4 Lei de efeito imediato e geral
2.2.5 O ato jurídico perfeito e a coisa julgada
2.2.6 Direito adquirido
2.2.7 Conclusão sobre a abrangência do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal combinado com o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil

PARTE III
Os reflexos da mudança da lei sobre o ato administrativo

Capítulo 3
3.1 Noções da evolução da sua consideração como forma autônoma de extinção do ato administrativo
3.2 Nomenclatura do fenômeno de extinção do ato por superveniência de norma revogadora do fundamento de validade do ato administrativo – termos ab-rogação, caducidade e decaimento
3.3 Noção de decaimento
3.4 Ocorrência do decaimento e seus limites aplicados aos atos emanados do poder de polícia
3.5 Hipóteses necessárias de decaimento e barreiras ao instituto
3.5.1 Ocorre o decaimento em relação aos atos precários
3.5.2 O decaimento causado pela extinção de instituto jurídico (instituto de duração perpétua)
3.5.3 O decaimento causado pela norma penal
3.6 Hipóteses de barreiras ao decaimento
3.6.1 Limite ao decaimento – ato administrativo vinculado e definitivo
3.6.2 Limite ao decaimento – ato administrativo em competência discricionária em razão do conteúdo
3.6.3 Limite ao decaimento – ato ampliativo de direito em competência vinculada com prazo determinado
3.7 O decaimento decorre diretamente da lei ou depende de declaração estatal?
3.8 O decaimento extingue o ato administrativo ou somente seus efeitos?
3.9 Efeitos do decaimento

Capítulo 4
4.1 Da análise do termo decaimento no subsistema de telecomunicações

Capítulo 5
5.1 Eventuais ilegalidades supervenientes a justificar o decaimento do ato administrativo

Capítulo 6
6.1 Diferenciação entre decaimento e as demais formas de extinção por retirada
6.1.1 Decaimento x revogação
6.1.2 Decaimento x anulação ou invalidação
6.1.3 Decaimento x cassação
6.1.4 Decaimento x contraposição

Conclusão
Referências
Índice